



Revista Brasileira de História

ISSN: 0102-0188

rbh@edu.usp.br

Associação Nacional de História

Brasil

Vidal de Azevedo Dias Pereira, Joana

Espaços industriais e comunidades operárias: o caso de estudo português e a tradição historiográfica
europeia

Revista Brasileira de História, vol. 32, núm. 64, diciembre, 2012, pp. 27-44

Associação Nacional de História

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26325224003>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Espaços industriais e comunidades operárias: o caso de estudo português e a tradição historiográfica europeia

Industrial spaces and workers' communities: the Portuguese case study and the European historiographical tradition

Joana Vidal de Azevedo Dias Pereira*

RESUMO

O artigo apresenta os dados de uma análise referente à formação de sócio-espacos industriais e operários em três concelhos da periferia lisboeta, entre 1890 e 1910. Com base na tradição historiográfica europeia, marcada cada vez mais pela interdisciplinaridade, procura-se destacar a validade analítica dos conceitos de *produção social, estratégias e recursos*, para avaliar trajectórias socioespaciais das classes trabalhadoras. Esse ângulo de observação permite relacionar diferentes fenómenos – a territorialização das unidades de produção, a formação e estratificação dos mercados de trabalho, a mobilidade geográfica e social e as redes sociais – sob o signo de um processo social global.

Palavras-chave: mobilidade; estratégias; redes sociais.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the formation of industrial and social spaces' workers in three local councils on the outskirts of Lisbon between 1890 and 1910. Based on the European historiographical tradition, increasingly marked by interdisciplinary, it is sought to highlight the analytical validity of concepts such as social production, strategies and resources to assess socio-spatial trajectories of the working classes. This perspective allows different phenomena – the territorialization of production units, labor market formation and stratification, geographic and social mobility, and social networks – to be related under the banner of global social process.

Keywords: mobility; strategies; social networks.

* Doutoranda e Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Av. de Berna, 26 C. 1069-061 Lisboa – Portugal. joana.dp@gmail.com

OBJECTO, ENQUADRAMENTO TEÓRICO E PROBLEMÁTICA

E. P. Thompson, ao inaugurar uma *nova história social* há mais de meio século, induziu um notável investimento científico na análise diacrónica das complexas relações sociais dentro e fora da produção, nos locais de trabalho e nos espaços de lazer, nas redes formais e informais de interajuda e previdência. Uma espantosa produção de estudos monográficos veio ilustrar as metamorfoses dos espaços e das sociabilidades operárias durante o longo, irregular e heterogéneo processo de desenvolvimento do capitalismo.

A confrontação dos dados recolhidos em diferentes contextos europeus e norte-americanos induziu as seguintes conclusões: a partir da última década do século XIX, a deslocalização da indústria para a periferia, não sendo acompanhada de um progresso dos transportes urbanos suficientemente rápido, terá dado origem a áreas industriais e bairros operários que se tornaram centros de uma intensa vida comunitária, desenvolvida a partir da sobreposição física das esferas da produção, consumo, lazer e acção colectiva.¹

Em reacção a essa perspectiva, todavia, diversos autores centraram a sua atenção na mobilidade e na estratificação das classes trabalhadoras, procurando demonstrar a diversidade de itinerários daqueles que participaram nesse processo. Os estudos da mobilidade tornaram-se uma verdadeira moda historiográfica a partir da segunda metade dos anos 1980, pondo em causa a formação de comunidades social e culturalmente homogéneas.²

Nas últimas décadas, porém, considerando quer o impacto da concentração capitalista na vida de largas camadas da população europeia quer a agência humana nesse processo, os historiadores têm vindo a analisar as estratégias individuais, mas sobretudo as colectivas, que os industriais e os trabalhadores gizaram, respectivamente para modernizar os processos produtivos e lidar com o trabalho assalariado.

Foi à escala do lugar e nas relações sociais que se observou com maior nitidez a diversidade dos percursos individuais, a estratificação dos mercados de trabalho e a consequente heterogeneidade das classes trabalhadoras e suas estratégias de sobrevivência. No entanto, foram igualmente os estudos monográficos que ilustraram com maior eloquência os elos de solidariedade formal e informal que trespassavam as comunidades locais nas quais se fixaram fábricas, oficinas, estações ferroviárias, portos marítimos e fluviais e se concentraram largos contingentes de trabalhadores assalariados.

Neste artigo abordaremos as relações entre a *produção social do espaço* industrial, a *construção social de populações* operárias, as *estratégias* produzidas e os *recursos*³ construídos pelos indivíduos, famílias e grupos profissionais envolvidos nesses processos. Com este quadro interpretativo apresentaremos os resultados de uma investigação realizada sobre o caso de estudo da Península de Setúbal – o mais antigo subúrbio industrial da capital portuguesa –, numa perspectiva comparada com outros *espaços* onde se territorializa a lenta e tardia modernização económica e social da Europa Meridional.

Michael Hanagan, adaptando o modelo de Ira Katznelson,⁴ define os fenómenos co-implicados na formação da classe operária como interesses, organização social, interacção e arena. Os interesses referem-se em primeiro lugar à satisfação das necessidades vitais de um grupo na estrutura económica, ou seja, à obtenção de recursos – capacidades, informação, conhecimentos – no mercado de trabalho. Para isso os indivíduos são obrigados a fazer parte de redes sociais, mais ou menos formais – redes de migração e sindicatos, entre outras.⁵ Em determinados contextos e conjunturas, esses recursos são apropriados nos processos de mobilização para a acção colectiva.

A tese central deste artigo é a de que as transformações estruturais que estão na base do processo de mobilização das classes trabalhadoras da segunda década do século XX se prendem, como sido defendido, com fenómenos espaciais e demográficos co-implicados no processo de industrialização e urbanização. As redes sociais resultantes das estratégias familiares e profissionais para resistir e lidar com difusão do trabalho assalariado são aqui conceptualizadas como recursos que progressivamente se formalizam, constituindo o germe do movimento organizado dos trabalhadores.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A CONSTRUÇÃO DE POPULAÇÕES

Na Europa Meridional a industrialização e a urbanização foram processos cúmplices. No entanto, o êxodo rural não foi sinónimo de um acesso massivo à condição operária e citadina. Por um lado, a difusão do trabalho assalariado deu-se num período anterior e numa muito maior escala nos campos do que nas cidades.⁶ Por outro, as cidades exerceram um largo poder de atracção, mas ao mesmo tempo induziram o desenvolvimento das suas áreas de influência, semirrurais. Com efeito, a formação de áreas industriais decorreu genericamente da interacção entre uma ou mais cidades e o seu *hinterland*, criando um

grande aglomerado, onde na viragem do século germinam as primeiras áreas metropolitanas.⁷

Esses mercados de trabalho estavam sob a pressão de uma procura crescente. A ‘revolução agrária’ – abertura de novos mercados, eliminação de poucos, utilização e intensificação de novas culturas etc. – implicava uma profunda transformação das estruturas sociais rurais, nomeadamente a concentração de terras e a falência de muitos pequenos proprietários. O empobrecimento das populações rurais induziu, por sua vez, grandes deslocalizações de trabalhadores em busca de trabalho, nas diferentes tarefas sazonais que as grandes explorações exigiam. Os trabalhadores fixos tornaram-se cada vez menos necessários. Esses processos criaram um excedente populacional, que foi aumentar os mercados laborais citadinos, mas também os das indústrias rurais em desenvolvimento.⁸

Na produção dos novos espaços e populações industriais agiram variados actores, entre os quais se destaca o Estado. A construção e os transportes foram sectores que contribuíram decisivamente para a expansão do mercado de trabalho citadino e das suas áreas de dependência.⁹ Toda a Europa, durante o século XIX, foi palco de programas de obras públicas, que embora limitados na sua acção têm um impacte determinante sobre a organização do espaço – reordenaram-se os tecidos urbanos, construíram-se caminhos de ferro, estruturas portuárias etc.

Todavia, se excluirmos essas grandes construções, o urbanismo oficial não se preocupou com as áreas suburbanas de vocação industrial. Mesmo nos arredores da cidade de Haussman, o proprietário individual praticamente não encontrou constrangimentos à sua iniciativa. A periferia urbana desenvolve-se numa clandestinidade tolerada. Deixa-se jogar livremente as vantagens da localização, os preços, os espaços disponíveis, e os acasos do mercado imobiliário. Multiplicavam-se os dispositivos defeituosos, o subequipamento, a incoerência topográfica, a confusão entre público e privado.¹⁰

Recusando o determinismo e centrando-se na agência humana, inclusive na gestão ou na pressão sobre o aparelho Estatal, os historiadores há muito observam nas *estratégias* das classes dominantes um processo que induz não apenas transformações profundas na organização do trabalho, mas também a *mobilidade* dos grupos operários no espaço físico e social. No entanto, as *estratégias* das classes subalternas também desempenharam o seu papel.¹¹

Diversos autores destacam a resistência das estruturas organizacionais dos artesãos e trabalhadores qualificados nas cidades como um dos factores que

induziu o investimento industrial em áreas periféricas. Acresce que, em determinados contextos se verifica que as estratégias familiares condicionaram as opções do capital no tipo de investimento a realizar – na região meridional, a transmissão hereditária de qualificações e a utilização de todo agregado familiar no trabalho doméstico ou oficinal inibiu grandes investimentos em tecnologia e formação.¹²

Yves Lequim, ao debruçar-se sobre os trabalhadores da região lionesa demonstra como a sua concentração seguiu caminhos diversos e aparentemente contraditórios, durante o que não ousa chamar de industrialização, preferindo designar o processo como uma *mobilização*. O autor defende que essas cidades sem fronteiras atraem população, mas sobretudo projectam o seu dinamismo em aglomerados dependentes. Esses aglomerados constituíram-se como mercados de mão de obra dócil, muitas vezes já treinada nas indústrias tradicionais, que foi aproveitada pelos industriais, que mais do que uma modernização tecnológica pretendiam implementar uma nova organização do trabalho.¹³

Barbara Curili justifica igualmente o investimento de uma das maiores fábricas italianas – a *Pirelli* – numa área entre a cidade e o campo a quatro quilómetros de Milão, devido ao adensamento rápido e maciço de toda uma população nova e mista, na vasta periferia da cidade, garantindo as necessidades intermitentes de uma empresa que necessitava de uma pequena fracção de mão de obra estável e especializada e de uma massa proletária indiferenciada que pudesse arregimentar e dispensar periodicamente.¹⁴

No contexto português, as zonas de maior desenvolvimento industrial constituíram-se igualmente numa rede de vilas industriais em torno das duas principais cidades.¹⁵ A partir de finais do século XIX, aos tradicionais eixos da indústria lisboeta – Beato-Sacavém e Alcântara-Junqueira – estes mesmos semi-periféricos, acresce o desenvolvimento de espaços industriais modernos numa faixa contínua na margem Sul do Tejo, povoada por comunidades rurais e piscatórias, mas onde já existia uma paleocintura industrial – sendo abundantes os moinhos de maré, os fornos cerâmicos, os lagares e a tanoaria, entre outras indústrias rurais. É de sublinhar que na segunda maior cidade portuguesa – o Porto – as unidades fabris também se implantaram primeiramente na periferia central da cidade, para ao longo das primeiras décadas do século XX se deslocarem progressivamente para os concelhos periféricos e para a bacia dos rios Ave e Vizela, áreas nitidamente rurais.¹⁶

Em 1861 é decidida a localização da estação terminal da linha ferroviária que atravessa o Sul de Portugal no Barreiro – pequeno povoado rural e piscatório na margem Sul do Estuário do Tejo, a cerca de sete quilómetros de Lisboa, que viria a ser o maior complexo industrial do país. Essa decisão política foi determinante para o destino industrial de toda a margem Sul do Tejo, desde aí estrategicamente localizada entre os montados alentejanos, onde se produzia a matéria-prima de uma das mais importantes indústrias nacionais – a corticeira –, e um dos maiores portos comerciais da Europa do Sul – Lisboa.

O planeamento urbanístico da margem Sul do Tejo também só mereceu a atenção do Estado quase cem anos após a inauguração da estação dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste. As Câmaras Municipais portuguesas foram ao longo da primeira metade do século XX entidades limitadas na sua acção, indo a reboque dos interesses particulares. Na viragem do século, beneficiando das novas facilidades de transporte, as principais empresas corticeiras, na sua maioria de capital estrangeiro e já bem implantadas no Sul de Portugal, apropriam-se das melhores áreas de acostagem dos concelhos da margem Sul frente a Lisboa – Almada, Seixal e Barreiro –, transferindo para aí as suas fábricas e construindo inúmeros cais particulares, mediante acordos diversos com as autoridades locais. Em 1908, a Companhia União Fabril (CUF), um dos maiores monopólios industriais nacionais, adquire os terrenos a nascente do Barreiro, expandindo incessantemente o seu império em troca de pequenas beneficiações locais. Constrói um cais, um ramal e uma estação privados.¹⁷

A implantação de grandes empresas induz uma dinâmica de desenvolvimento imparável – as quintas e os terrenos destinados à exploração agrícola em torno dos pequenos enclaves rurais e piscatórios são loteados para a implantação de mais fábricas e fabricos – nomes que se davam a pequenas unidades de produção que trabalhavam de subempreitada para as grandes fábricas estrangeiras. Nas traseiras e nos rés-do-chão das habitações oitocentistas multiplicam-se as oficinas e os armazéns.¹⁸

A expansão do mercado de trabalho e o crescente peso do sector industrial induzem ciclos sucessivos de migração e a transformação da estrutura social regional. Entre 1864 e 1930, a população desses concelhos cresce de 4.543 para 21.042 no Barreiro, 4.715 para 10.337 no Seixal e 10.203 para 23.994 pessoas em Almada. O peso da população a trabalhar na indústria cresce exponencialmente, atingindo 62% no Barreiro, 57% no Seixal e 45% de toda a população activa em Almada. As taxas de trabalho assalariado entre os activos são proporcionais à percentagem de população operária – apenas 89% no

Barreiro, 86% no Seixal e 79% em Almada. Na Península de Setúbal, todavia, 32% dos assalariados eram designados como “membros da família auxiliando os respectivos chefes” – o que correspondia ao trabalho feminino, pago a metade ou menos do valor do masculino.¹⁹

As áreas de residência desenvolveram-se nas proximidades das áreas de produção. De facto, como assinala James Cronin, já citado, os transportes colectivos metropolitanos estavam ainda longe de possibilitar movimentos pendulares da população metropolitana. Os vapores que ligavam a capital à *outra banda*, devido aos preços das viagens, destinavam-se sobretudo às classes lisboetas em busca de lazer e mais tarde aos estudantes das camadas intermédias. Eram totalmente inacessíveis para o uso quotidiano das classes trabalhadoras.²⁰

A CUF constrói habitações para albergar os sectores mais qualificados da sua mão de obra, e os trabalhadores mais bem remunerados e com uma situação mais estável, como os ferroviários, induzem investimentos por parte de empreiteiros lisboetas. Na maioria dos casos, todavia, foram os donos dos terrenos que construíam “pequenas casinhas de tijolo e madeira, abarracadas, à retaguarda das suas habitações (ou para lá dos seus muros de vedação), constituindo minúsculos pátios com serventia para a rua”.²¹

Ocupando os espaços residuais ou sobrantes entre as unidades de produção, as traseiras de habitações preexistentes e o vasto espaço que se estende a partir dos polos industriais ribeirinhos para o interior crescem bairros ‘caóticos’ e ‘desordenados’, formados por ‘numerosas ruelas’ que “sobem e descem em todos os sentidos, servindo casas que parecem ser construídas umas por cima das outras”.²²

Dessa forma, o que eram em meados do século XIX pequenos aglomerados rurais e piscatórios, rodeados por quintas e ligados por caminhos secundários e azinhagas, tornam-se tecidos urbanos, obstruídos por fábricas de diversas dimensões, que podiam ir do fabrico de *vão de escada* ao complexo fabril da CUF, que em 1932 ocupava uma superfície de 1 milhão de metros quadrados e possuía 25 quilómetros de linha férrea privativa.²³

A PRODUÇÃO DE ESTRATÉGIAS E A CONSTRUÇÃO DE RECURSOS

Os sistemas de mobilidade populacional meridionais, na alvorada do século XX, estão intimamente relacionados com as características do desenvolvimento industrial e a consequente lenta e fragmentária formação dos merca-

dos de trabalho nacionais, particularmente na Europa Meridional. Os itinerários dos trabalhadores não estão inseridos num percurso linear entre o trabalho nos campos e o nas cidades ou nas industriais rurais. Nesse período, os mercados de trabalho das áreas urbanas e anexas são compostos por vários segmentos, entre os quais os trabalhadores flutuam ciclicamente – os trabalhos domésticos, os trabalhos indiferenciados, os trabalhos qualificados ou artesanais, e também os trabalhos agrícolas de carácter sazonal.

O aprofundamento dos estudos de mobilidade ilustrou o carácter fluido do mundo operário do período em análise e chamou a atenção para a diversidade de percursos das famílias envolvidas nesses processos. O fenómeno mais significativo ilustrado pelo estudo dos ciclos de migração e integração das populações, todavia, foi o processo de recomposição das classes trabalhadoras à escala do *lugar*. Ao analisar os diferentes itinerários familiares da população de San Paolo, um dos mais importantes bairros operários de Turim, Maurizio Gribaudi observa diversas famílias “se reunirem nos mesmos espaços devido à necessidade comum de garantir à família e ao próprio indivíduo, a utilização de recursos emocionais e económicos que as redes locais de relação lhes forneciam...”²⁴

As estratégias dos trabalhadores eram, porém, diversificadas, relacionando-se com as transformações verificadas nos mercados de trabalho e nas relações de produção e distinguindo-se fundamentalmente consoante a posição dos indivíduos no processo produtivo.²⁵ Os qualificados se beneficiaram da existência de solidariedades profissionais pré-industriais e construíram recursos organizacionais – nomeadamente as sociedades de socorros mútuos, cooperativas e associações de classe, que herdaram o *capital social* das corporações, confrarias e irmandades.²⁶

Os trabalhadores indiferenciados accionaram redes sociais recorrendo às tradicionais solidariedades familiares e comunitárias. As evidências empíricas fornecidas por diversos estudos monográficos mostram que as redes alargadas de parentesco das comunidades rurais de origem não só canalizaram os fluxos migratórios, dando apoio moral e material aos recém-chegados, como condicionaram determinantemente o acesso aos mercados de trabalho locais. Num artigo dedicado especificamente ao compadrio – relação entre padrinhos e afilhados – Frédéric Vidal reflecte sobre o carácter e o papel dessas redes, defendendo que tais relações, embora crescentemente informalizadas nos meios urbanos, são orientadas. Muitas vezes a escolha desses protagonistas tem como objectivo a acumulação de capital social, “um recurso potencial que os pais

podem mobilizar ao longo da vida”.²⁷ Agustín Galan García, ao verificar que 50,2% dos que acederam a trabalhar na Companhia mineira de Rio Tinto entre 1873 e 1936 tinham lá parentes, demonstra como as relações de parentesco alargadas desempenharam um papel fundamental no acesso ao trabalho.²⁸

Segundo Yves Lequim, é possível apreender uma evolução temporal no que respeita à articulação destes dois mundos – o dos trabalhadores qualificados e o dos indiferenciados. Durante muito tempo o mundo do trabalho é composto por duas camadas que não se misturam e deslizam uma sobre a outra – os mais numerosos são os operários de ofício, cujo *savoir faire* passa hereditariamente; de resto são os operários nómadas da cidade que num determinado período são necessários pela produção. A segregação para os subúrbios, todavia, exprime novas condições de trabalho que induziram a renovação das hierarquias e mobilidades – a força da hereditariedade e da homogamia decresce e as profissões abrem-se mais largamente aos recém-chegados.²⁹

A dinâmica das redes sociais em contextos industriais portugueses está pouco estudada, no entanto, o trabalho pioneiro de Frédéric Vidal sobre o bairro de Alcântara – um dos primeiros bairros industriais de Lisboa – descreve espaços e populações instáveis e heterogéneos, mas demonstra que estes não se reduziam a uma soma de presenças individuais – “é possível operar uma reaproximação entre os indivíduos que têm em comum não tanto posições mas comportamentos, trajectórias, maneiras de fazer, tácticas ou estratégias”. A vida em conjunto dos habitantes de Alcântara ilustra diferentes modos de integração social. As práticas relacionais podem basear-se na localidade de origem, no parentesco, na vizinhança, nas identidades profissionais ou na sobreposição destes factores.³⁰

O carácter multifacetado e interdependente das redes sociais informais que germinaram nesses lugares vai-se reproduzir em relações formalizadas, em associações. Destaque-se o caso dos *Portefaix* de Toulon. Para pertencer à associação era necessário: “a apresentação do candidato por um membro da comunidade que garanta oficialmente a moralidade do requerente. A assunção de responsabilidade estava relacionada com o papel de um particular fiador e solidamente motivada por um relacionamento de parentesco ou, pelo menos, de um conhecimento quotidiano do pretendente”.³¹

Os debates teóricos sobre a composição e a identidade das associações têm vindo a chamar a atenção para esta ‘dupla determinação’ – classista e territorial – que se manifesta de forma articulada e diferenciada no espaço e no tempo.³² Os estudos que se debruçam sobre a evolução das solidariedades na Europa

oitocentista demonstram como essa articulação se entrevê nas comunidades locais onde se concentravam os trabalhadores assalariados.

A intercepção das redes comunitárias com as redes de ofício foi essencial para alargar os laços corporativos herdados do antigo regime, e, com base em novas solidariedades de base territorial, permitir uma relativa e progressiva integração do proletariado fabril no movimento do operariado organizado. O papel da comunidade local emerge particularmente “nos países em que a indústria moderna é um fenómeno relativamente tardio, mas onde uma rede capilar de assentamentos urbanos de antiga formação, com uma estratificação social extremamente diversificada e articulada, tornava contudo disponível uma ampla base popular, artesã, em qualquer caso de trabalhadores não propriamente operários, para este tipo de associativismo”.³³

Segundo as investigações realizadas no contexto espanhol, a *comunidade* é “um poderoso elemento que hierarquiza o universo associativo a partir da pertença a conjuntos sociais que podem estar definidos por uma homogeneidade de base nas actividades económicas, por ofício, ou por condições laborais ou sociais similares que concorrem num território reduzido”.³⁴ A comunidade local e a sua capacidade estruturante são igualmente perceptíveis em vários estudos monográficos franceses, onde se sublinha a dupla natureza da identidade social, influenciada pelos elos construídos nos locais de trabalho e nos espaços residenciais num bairro como Saint-Étienne ou em vilas como Thiers.³⁵

Os estudos mais recentes têm acentuado igualmente o papel do associativismo de base territorial na recomposição da fragmentação e diversificação do mundo do trabalho meridional, na sua fase de maior desenvolvimento – na última década do século XIX e nas primeiras do século XX. Entendido como um movimento, é possível perceber uma possante dinâmica de articulação das diferentes formas de organização das classes trabalhadoras quer no plano geográfico quer no que respeita aos objectivos e conteúdos – entrelaçando a assistência e a previdência com a cultura, o recreio e o desporto, bem como com funções de tipo sindical e cooperativo. Esses estudos acabam por ilustrar de que forma tal processo intercepta o percurso político do movimento operário, constituindo um período de incubação de orientações e práticas que antecedem as propriamente políticas. As evidências empíricas que vêm sendo recolhidas descobrem “que a rede de interesses e relações que se vinha criando fornecia um substrato essencial ... para a formação de recursos, experiência, quadros, de absoluta relevância para todo o movimento operário”.

Esse *capital social* era produzido e acumulado pela prática democrática dos sócios, imposta pelos estatutos e pela fiscalização estatal que exigiam um constante controlo e participação e materializava-se simbolicamente nos edifícios que albergavam essas associações e nos cofres que as sustentavam. Luigi Tomassini defende que o carácter *leggero* das associações meridionais, em comparação por exemplo com as pesadas organizações britânicas, favorecia uma maior participação e consequentemente coesão social. Essa estrutura ligeira longe de determinar um estreito âmbito de acção era compatível com a assumpção de múltiplas funções – instrução, cultura, recreio etc. – que potenciavam uma sociabilização difusa e informal. Num período posterior, o desenvolvimento dessas sociedades e a aquisição de sedes próprias forneceram um espaço de agregação fundamental. As funções socializantes dessas associações – reunião de colectivos alargados em assembleias e outras actividades recreativas e o contacto permanente entre os sócios – conferiram-lhes um importante papel de integração social (Tomassini, 1999, p.8-9).

Porém, se o protagonismo das classes médias é claro no associativismo britânico, o mesmo não se poderá dizer no que se refere aos contextos meridionais. Neste contexto os complexos mecanismos da dinâmica associativa podem entrever uma tentativa de enquadramento interclassista, mas não deixam de evidenciar a cimentação da solidariedade de classe ou de fracções da classe. Está empiricamente comprovado que em diversos contextos socioespaciais espanhóis, e nomeadamente na Catalunha, o associativismo popular teve um papel destacado como plataforma para o desenvolvimento de fórmulas mais marcadamente classistas e politizadas, da mesma forma que estas últimas coexistiram e relacionaram-se intimamente com as outras agremiações politicamente neutrais (Uria, 1998, p.347).

O recente estudo de Manuel Morales Muñoz dedicado às comunidades andaluzas ilustra, igualmente, o papel histórico do associativismo popular no que se refere à integração dos recém-chegados, à superação de carências materiais, à organização do lazer, mas também à resistência, nomeadamente durante os surtos grevistas.³⁶

O CASO DE ESTUDO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL

Como foi referido, a base empírica deste estudo baseia-se nos registos de casamentos realizados nas paróquias da *Outra Banda* de Lisboa – uma por

freguesia dos Concelhos do Barreiro, Seixal e Almada. Foram analisados dois recortes temporais – 1890-1892 e 1908-1910, de forma a vislumbrar para além da diferenciação espacial, a evolução temporal.

No acto matrimonial intervêm cerca de oito indivíduos, para além dos noivos e respectivos pais, pelo menos duas testemunhas. Sendo revelada a profissão, a naturalidade e o local de residência de cada um dos protagonistas, é possível entrever a mobilidade geográfica e social dos indivíduos e a articulação de diferentes tipologias de redes sociais.

Os padrões de mobilidade e relacionamento desses indivíduos, longe de reflectirem um mundo instável e atomizado, comprovam a persistência de ciclos de migração e integração definitiva, organizados em sucessivas vagas provenientes de comunidades específicas, e a recomposição de redes familiares e de ofício à escala do lugar.

Focando-nos na mobilidade geográfica dos protagonistas, observamos a fixação sistemática de provincianos, com origens padronizadas – concelhos específicos da beira interior, do Alentejo e do Algarve. É raro verificar-se alteração de residência quer dos indivíduos quer dos seus descendentes após o movimento migratório. Nas uniões entre naturais cujos progenitores têm origem exógena, estes últimos residem no mesmo local onde baptizaram os filhos, que por sua vez também residem na freguesia onde foram baptizados.

No que respeita à mobilidade social, esta verifica-se limitada. Observam-se sobretudo oscilações entre os últimos níveis do esquema de classes proposto pela Historical International Standard Classification of Occupations (HISCO)³⁷ – trabalhadores rurais não qualificados, trabalhadores não qualificados e trabalhadores qualificados. Ocasionalmente, verificam-se flutuações entre trabalhadores qualificados e pequenos funcionários e pequenos comerciantes – que envolvem sobretudo os empregados dos caminhos de ferro do Sul e Sueste, um estrato operário com elevado *status* graças à estabilidade e progressão da carreira.

No que respeita à articulação das redes de relacionamento desses estratos sociais e delas com as redes familiares e comunitárias, observa-se uma evolução temporal que se relaciona sobretudo com a mitigação da segregação dos naturais dos concelhos em face dos recém-chegados, por um lado, e dos operários de ofício em face dos indiferenciados, por outro. De facto, entre 1890 e 1910 é possível entrever um padrão generalizado: o peso dos casamentos realizados entre naturais e entre recém-chegados diminui progressivamente diante dos que unem famílias locais e forasteiras, que em 1910 atingem a maioria em boa

parte das paróquias. O mesmo se verifica em relação aos actos matrimoniais que ligam famílias ligadas ao trabalho qualificado e trabalhadores indiferenciados, o seu peso é crescente ao longo dessas duas décadas.

Os mundos dos trabalhadores de ofício e dos indiferenciados, dos locais e dos migrantes interceptam-se à medida que as redes familiares e de origem se diluem nas redes de ofício e vice-versa – um trabalhador qualificado tende a casar a sua filha com um trabalhador com a mesma ou melhor posição no processo produtivo, mesmo que este não seja seu conterrâneo – neste caso prevalece a rede de ofício. No entanto, durante os ciclos de migração, observamos ser comum os operários qualificados, provenientes da província, casarem as suas filhas com trabalhadores indiferenciados da sua comunidade de origem – a razão dessa escolha prender-se-á com o peso que as redes familiares e comunitárias assumem no projecto migratório.³⁸

Em suma, a análise da evolução das redes de relacionamento estabelecidas e desenvolvidas na margem Sul do estuário do Tejo comprova a intercepção de diferentes estratos das classes trabalhadoras, com origens e trajectórias socioespaciais distintas.

O entrelaçamento das redes de relacionamento no seio dessas populações em construção e desses espaços em produção está igualmente na base do desenvolvimento de um extenso universo associativo com uma base operária e popular heterogénea. De facto, uma das evoluções mais significativa do associativismo germinado sob o legado das antigas corporações de ofício – sociedades de socorros mútuos, cooperativas, associações de classe – é a opção cada vez mais frequente pela base territorial. Essa transição permitiu enquadrar largos estratos das classes trabalhadoras – os trabalhadores indiferenciados – no movimento organizado do operariado.³⁹

Porém, no mesmo período em que se verifica a abertura das associações profissionais às comunidades locais, observa-se um crescente envolvimento das associações de base comunitária na acção colectiva de base classista. Mesmo quando a sua origem é a filantropia das classes médias e altas, o que sucede comumente com as colectividades de cultura, recreio e desporto, estas não deixam de organizar e participar em inúmeras iniciativas que revelam uma crescente disposição para uma acção colectiva de base classista – uma parte considerável dos espectáculos realiza-se em benefício de operários desempregados, incapazes de trabalhar, viúvas e órfãos de operários; durante os ciclos de agitação social, muitas dessas agremiações participam nos desfiles do Primeiro de Maio e nas manifestações operárias e apoiam moral e materialmente as greves.⁴⁰

É de referir que nessa região, desde a última década do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX, tiveram lugar inúmeros movimentos grevistas de carácter local, mobilizando diversos grupos profissionais, e de carácter corporativo ou profissional, alastrando às diferentes comunidades da região. Na década de 1910, as Uniões de Sindicados Operários (USOs) fundadas em Almada, Seixal, Barreiro ou Setúbal, foram responsáveis pela organização de diversas greves gerais de carácter local, as quais paralisaram integralmente esses complexos industriais na exigência de aumentos salariais e redução de horários e contra a carestia de vida, entre outras reivindicações gerais. O carácter articulado e massivo desse movimento surpreendeu a sociedade portuguesa.⁴¹

CONCLUSÃO

O caso de estudo da margem Sul do Tejo, enquadrado por uma perspectiva comparada, releva a agência humana, e nomeadamente a das camadas subalternas, na *produção social do espaço e construção social de populações* – pondo em evidência a pertinência dos conceitos de *estratégias e recursos*.

Analizando esses processos de longo termo é possível apreender a heterogeneidade da origem e das trajectórias socioespaciais dos seus protagonistas – particularmente a estratificação verificada entre trabalhadores qualificados e indiferenciados e entre famílias estáveis e migrantes –, bem como, a diversidade das suas estratégias e recursos: os primeiros recorrendo ao capital social acumulado por estruturas organizacionais seculares com base no ofício, os segundos dispondo das suas redes de conhecimento, baseadas na família e nas comunidades de origem.

Não obstante, aplicando a teoria das redes à análise dos registos de casamentos e das listas de sócios das associações locais, foi possível comprovar que esses indivíduos tinham contactos íntimos e quotidianos. Mais do que a formação demográfica da classe operária, dificilmente comprovável em razão da tardia e incipiente industrialização meridional, verificou-se, na *Outra Banda* de Lisboa, a existência de vínculos densos e extensivos que potenciaram a formação de identidades solidárias e comunais durante os ciclos de migração e integração nesses espaços, a que acresceu a formalização dessas relações sob a forma de um igualmente denso e extensivo tecido associativo.

Além disso, como argumenta Michael Savage, o espaço e as populações socialmente produzidas tiveram um papel condicionador nesse processo. Foi

possível verificar que os diferentes *lugares* desse recorte espacial não foram apenas cenários passivos do processo social, mas estiveram activamente envolvidos na construção desses vínculos, uma vez que se tornaram *habitats* de grupos sociais específicos, segregados social e espacialmente, o que potenciou a densidade dos contactos locais. Também a fixação de grupos sociais semelhantes ao longo de toda a orla ribeirinha da margem Sul, pela difusão regional de um conjunto limitado de actividades económicas em que a indústria corticeira tem um peso assinalável, permitiu o alargamento dos vínculos operários sobre áreas espaciais mais amplas que apenas as comunidades de *lugar*. Esse alargamento beneficiou-se ainda da participação dos empregados dos caminhos de ferro do Sul e Sueste nas redes comunitárias, particularmente nas do Barreiro, onde se localizavam as suas oficinas gerais.⁴²

A observação da lenta produção dos sócio-espacos industriais e operários na margem Sul do Estuário do Tejo foi fundamental para compreender como foram construídos os recursos organizacionais accionados durante o processo de mobilização das classes trabalhadoras que marcou a década de 1910.

De facto, esse quadro interpretativo tem vindo a ser de extrema utilidade para analisar as transformações estruturais em que assenta a *dinâmica de contestação* do operariado da *Outra Banda* de Lisboa. Muito embora este artigo não se foque na acção colectiva, foi com base no programa de investigação proposto por Doug MacAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly⁴³ que se aprofundou a investigação referente ao processo de longo termo que antecede os grandes ciclos de agitação social de 1910-1913 e 1917-1920, nomeadamente para identificar a origem dos recursos utilizados pelos sindicalistas revolucionários para mobilizar as classes trabalhadoras.

Foram as redes sociais formais e informais cimentadas entre as classes trabalhadoras dessas comunidades desde a última década do século XIX, resultantes de estratégias diversificadas para lidar com as transformações operadas nos mercados e na organização do trabalho, que permitiram a difusão e massificação dos surtos grevistas que abalaram a I República portuguesa.

NOTAS

¹ CRONIN, James. Labor Insurgency and Class formation: comparative perspectives on the crisis of 1917-1920 in Europe. In: *Work, community and power*. Philadelphia: Temple University Press, 1983. p.36.

² MAGRI, Susanna; TOPALOV, Christian (Org.). *Villes Ouvrières: 1900-1950*. Paris: L'Harmattan, 1989.

³ Espaços socialmente produzidos, populações socialmente construídas, estratégias familiares e recursos organizacionais são conceitos analíticos emprestados da sociologia e da geografia humana que têm sido largamente utilizados pela historiografia europeia, quer para reconstruir o processo de industrialização e urbanização quer para analisar a ação colectiva das classes trabalhadoras. Ver, por exemplo: DUBY, Georges (Dir.). *Histoire de la France Urbaine*. v.IV. Paris: Seuil, 1983; SAVAGE, Michael. Space, networks and class formation. In: *Social Class and Marxism*. Aldershot: Scolar Press, 1996. p.58-86.

⁴ Ira Katzenelson divide o processo de formação da classe operária em quatro níveis: "a estruturação de relações de classe a um nível macro-económico; a experiência de classe vivida nos locais de trabalho e nas comunidades de residência; os grupos de pessoas dispostos a agir em termos de classe; a ação colectiva baseada na classe". KATZNELSON, Ira. Constructing cases and comparisons. In: *Working class formation*. Princeton: University Press, 1986. p.21.

⁵ HANAGAN, Michael; STEPHENSON, Charles. *Confrontation, class consciousness and the labor process: studies in proletarian formation*. Westport: Greenwood Press, 1986. p.1-2.

⁶ Segundo Charles Tilly, entre 1500 e 1900 o número de proletários nas cidades europeias cresceu de 1 para 75 milhões, ao passo que nos campos terá crescido de 16 para 125 milhões. TILLY, Charles. Demographic origin of the European proletariat. In: *Proletarianization and family history*. New York: Academic Press, 1984. p.36.

⁷ CIUFFETTI, Augusto. *La Città Industriale*: un percorso storiografico. Perugia: Crace, 2002. p.70.

⁸ MIKKELSEN, Flemming. *Working-class formation in Europe: in search of a synthesis*. International Institute of Social History: Digital Publications, 1996. p.10-11.

⁹ MARTINS, Conceição Andrade. Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*, Lisboa: ICS, v.xxxii, n.142, p.497-498, 1997.

¹⁰ RONCAYOLO, Marcel. Une croissance non maîtrisée. In: *Histoire de la France Urbaine*. v.IV. Paris: Seuil, 1983. p.119ss.

¹¹ Convém recordar que os estudos sociológicos clássicos interpretavam as transformações operadas nas vidas dos indivíduos e grupos envolvidos, quer na conversão da economia quer nos ciclos migratórios do campo para a cidade, como uma rotura radical na organização social e nomeadamente no seu elemento fundamental – a família. A migração conduziria ao isolamento em face da rede alargada de parentes e vizinhos.

¹² BREULLY, John Breully. *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe: essays in comparative history*. Manchester: University Press, 1992. p.84-85.

¹³ LEQUIN, Yves. *Les ouvriers de la région Lyonnaise (1848-1914)*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1977. p.43-45.

- ¹⁴ CURLI, Barbara. Gli operai della Pirelli Bicocca, 1908-1919. *Annali della Fondazione Feltrinelli*, v.XXXIII, p.434, 1999.
- ¹⁵ PEREIRA, Miriam Halpern. *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001. p.62.
- ¹⁶ ALVES, Jorge Fernandes. A Indústria Têxtil do Vale do Ave. In: *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. p.372-382.
- ¹⁷ BARATA, Ana Reis; GAUTIER, Rosa. *O Barreiro na transição do século XIX para o século XX*. Barreiro: Câmara Municipal, 2005. p.50-58.
- ¹⁸ Câmara Municipal de Almada – Estudo dos núcleos históricos de Almada. Mimeogr., 1983.
- ¹⁹ Cálculos efectuados com base no Recenseamento geral da população portuguesa de 1930, p.44-58.
- ²⁰ PINHEIRO, Magda. Transportes e urbanização na margem Sul do Estuário do Tejo: o concelho de Almada. *Ler História*, v.43, p.157ss, 2002.
- ²¹ PAIS, Armando da Silva. *O Barreiro Contemporâneo*. Barreiro: Câmara Municipal, 1968. p.306.
- ²² GRÖER, Etienne. Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, 1948. Publicado nos *Anais de Almada*, v.7-8, p.215, 2006.
- ²³ Primeiro levantamento da região à escala 1:2000, 1942. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas.
- ²⁴ GRIBAUDI, Maurizio. *Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX siècle*. Paris: EHESS, 1987. p.234-235.
- ²⁵ BREULLY, John. Artisan economy, ideology and politics. In: *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe: essays in comparative history*. Manchester: University Press, 1992. p.84-85.
- ²⁶ ROTBERG, Robert I. *Patterns of social capital: stability and change in historical perspective*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2000. p.5ss.
- ²⁷ VIDAL, Frédéric. As relações de compadrio na cidade: tradição ou rede? *Ler História*, v.46, p.223-238, 2004.
- ²⁸ GARCÍA, Agustín Galán. Estratégia familiar y mercado de trabalho en Rio Tinto, 1873-1936. In: *El Trabajo a traves de la historia*. UGT: Centros de Estudios Históricos, Asociación de Historia Social, 1996. p.420.
- ²⁹ LEQUIM, Yves. Le monde des travailleurs manuels. In: *Histoire de la France Urbaine*. v.IV. Paris: Seuil, 1983.
- ³⁰ VIDAL, Frédéric. *Les habitants d'Alcântara au début du XX siècle: identités, proximités et distances sociales dans un quartier industrialisé de Lisbonne*. Tese (Doutoramento em História) – Université Lumière Lyon. Lyon, 2003. p.35 e 350.
- ³¹ MAIULLARI, Maria Teresa. L'evoluzione dei portefaix a tolone. In: *Storiografia francese*

ed italiana a confronto sul fenômeno associativo durante XVIII e XIX secolo. Torino: Fondazione L. Einaudi, 1990. p.257.

³² VIEGAS, José Manuel Leite. Associativismo e dinâmica cultural. *Sociologia, Problemas e Práticas*, v.1, p.103-121, 1986.

³³ TOMASSINI, Luigi. L'associazionismo operaio: il mutualismo nell'Italia liberale. *Annali della Fondazione Feltrinelli*, v.XXXIII, p.17, 1999.

³⁴ URIA, Jorge. Em torno das comunicaciones presentadas: Asociacionismo. In: *Estado, protesta y movimientos sociales: actas del III Congreso de Historia Social de España*: Vitoria-Gasteiz, jul. 1997. Universidade del País Vasco, 1998, p.344.

³⁵ Espaces françaises. *Le Mouvement Social*, n.157, p.106ss, 1991.

³⁶ LARRUBUA, Teresa Mirri. *El proceso de formación del proletariado en un barrio industrial: el caso de San Marti de Provençals. Integración e diferenciación social. 1862-1925.* Tese (Doutoramento) – Universidad de Barcelona, 1994; MUNÓZ, Manuel Morales. Un espacio próprio, sociabilidad e identidad obrera en Andalucía. *História Social*, n.56, 2006.

³⁷ Ver Historyofwork.iisg.nl/.

³⁸ Sondagens realizadas em todas as paróquias cujos registos indicavam a profissão dos noivos, pais dos noivos e pais das noivas (a profissão das mulheres nunca é referida, surgem sempre como *domésticas*), entre 1890 e 1910.

³⁹ No âmbito deste projecto de investigação foram inventariadas mais de quatro centenas de agremiações, entre sociedades de socorros mútuos, cooperativas, associações de classe, colectividades de cultura, recreio e desporto e grupos de bombeiros voluntários. A análise das listas de sócios das sociedades de conservadas no Arquivo Histórico das Obras Públicas, nos arquivos municipais e nos fundos privados das associações ainda existentes revela a participação de diferentes estratos sociais, maioritariamente trabalhadores assalariados.

⁴⁰ Levantamento exaustivo das iniciativas associativas na região a partir da imprensa regional entre 1890 e 1930.

⁴¹ Levantamento exaustivo realizado na imprensa operária e sindical – *O Sindicalista*, publicado em Lisboa entre 1910 e 1916, propriedade da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, e *A Batalha*, órgão central da Confederação Geral do Trabalho, publicado em Lisboa entre 1919 e 1927 – mas também na imprensa regional da Margem Sul do Tejo, entre os anos de 1890 e 1930, num total de 272 títulos.

⁴² SAVAGE, Michael. Space, networks and class formation. In: *Social Class and Marxism*. Aldershot: Scolar Press, 1996. p.58-86.

⁴³ McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: University Press, 2001.

Artigo recebido em 15 de agosto de 2012. Aprovado em 26 de outubro de 2012.